



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLITICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**O PETRÓLEO E O MATERIAL BÉLICO NAS RELAÇÕES BRASIL-IRAQUE
(1970-1989)**

Issam Rabih Menem

**Foz do Iguaçu
2016**

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLITICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**O PETRÓLEO E O MATERIAL BÉLICO NAS RELAÇÕES BRASIL-IRAQUE
(1970-1989)**

Issam Rabih Menem

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Marcelino Teixeira Lisboa

**Foz do Iguaçu
2016**

Dedico este trabalho a todos que acreditam no
meu potencial e torcem pelo meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu professor orientador, Marcelino Lisboa, não só pela orientação neste trabalho, como também o professor e amigo que é, e sobretudo pela paciência, calma e a forma como chegamos à conclusão deste trabalho.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana por ter me proporcionado experiências inesquecíveis e ter me apresentado pessoas especiais que levarei comigo para a vida.

Aos docentes da UNILA, em especial, aos do curso de Relações Internacionais e Integração, com os quais pude ter maior contato e que me proporcionaram uma visão mais ampla do mundo e das relações internacionais, tanto em sala de aula, quanto fora, e que me inspiraram a sempre buscar conhecimento. Um agradecimento especial ao professor e coordenador do curso Felipe Cordeiro de Almeida, por ser mais que um professor, mas um grande amigo que me auxiliou em momentos difíceis durante a graduação, e ao professor Lucas Kerr de Oliveira, por ter aprovado a minha solicitação de transferência para a universidade em 2014, momento que considero de extrema importância para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Aos professores Danillo e Mamadou pelos conselhos e amizade.

Aos meus pais, que me proporcionaram o possível para este momento especial. Aos meus amigos e colegas da universidade por terem me ajudado nas horas mais difíceis.

A todos que de alguma forma fizeram e fazem meus dias melhores, muito obrigado!

MENEM, Issam Rabih. **O petróleo e o material bélico nas relações Brasil-Iraque (1970-1989)**. 2016.49. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a cooperação entre o Brasil e o Iraque nas áreas de recursos estratégicos e material bélico no período conhecido como o ápice da indústria bélica brasileira, de 1970 a 1989. A monografia está estruturada em dois capítulos, o primeiro é voltado aos procedimentos teóricos e metodológicos e o segundo para a análise da relação Brasil-Iraque. Neste período oportuno, empresas brasileiras da indústria bélica visaram grandes oportunidades na região do Oriente Médio, especialmente no Iraque. O Iraque é considerado o maior cliente que a indústria bélica brasileira já possuiu. O governo brasileiro fomentou e incentivou o crescimento desta indústria de interesse nacional não apenas por objetivos econômicos, mas também estratégicos, visando diminuir o déficit econômico em relação à compra de petróleo iraquiano, norteados por uma política externa independente que dava ênfase à busca de novos mercados e aliados estratégicos. A teoria neorealista de Kenneth Waltz teve importante contribuição para esta investigação com conceitos importantes como os de desigualdade na distribuição de recursos estratégicos e Balança de Poder. Concluiu-se que devido às medidas políticas e econômicas adotadas pelo governo brasileiro voltadas para a resolução do déficit energético influenciaram diretamente no desenvolvimento da indústria bélica brasileira.

Palavras-chave: Brasil, Iraque, Petróleo, Indústria Bélica.

MENEM, Issam Rabih. **The Petroleum and the Defense Industry in Brazil-Iraq Relation (1970-1989)**. 2016.49. Final Paper (Bachelor in International Relations and Integration) – Federal University of Latin-American Integration, Foz do Iguacu, 2016.

ABSTRACT

This research has as objective to analyze the cooperation between Brazil and Iraq in the areas of strategical resources and defense industry in the known period as the apex of the Brazilian defense industry, from 1970 to 1989. The monography is structuralized in two chapters, the first one is related to the theoretical and metodological procedures, and the second for the analysis of the Brazil-Iraq relation. In this oportune period, brazilian companies of the defense industry had aimed great chances in the region of the Middle East, especially in Iraq. Iraq is considered the biggest customer that the Brazilian defense industry already possessed. The Brazilian government not only fomented and stimulated the growth of this industry of national interest for economic, but also strategical objectives, aiming at to diminish the economic deficit in relation to the purchase of Iraqian oil, guided for an independent external politics that gave to emphasis the strategical search of new markets and allies. The neorealista theory of Kenneth Waltz had important contribution for this inquiry with important concepts as of inaquality in the distribution of strategical resources and the Balance of Power. One concluded that due to the economic and politics measures adopted by the Brazilian government toward the resolution of the energy deficit had influenced directly in the development of the Brazilian defense industry.

Key words: Brazil, Iraq, Petroleum, Defense Industry.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	12
1.1 TEORIA SISTÊMICA	14
1.2 DESENHO DA PESQUISA	20
2 RELAÇÕES BRASIL-IRAQUE	22
2.1 CONTEXTO MUNDIAL: O PETRÓLEO E O MATERIAL BÉLICO.....	22
2.1.1 A QUESTÃO DO PETRÓLEO PARA O BRASIL	25
2.1.2 A INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA	29
2.1.3 PETRÓLEO E MATERIAL BÉLICO NO IRAQUE	35
2.2 UMA VISÃO TEÓRICA	38
CONCLUSÃO	46
BIBLIOGRAFIA	48

INTRODUÇÃO

O objetivo central desta pesquisa é analisar a relação do Brasil com o Iraque no período de 1970 a 1989. A proposta da pesquisa é verificar o aumento das relações comerciais produzidas através da aproximação dos dois países no citado período, nas áreas de material bélico e recursos estratégicos.

A questão que se pretende responder é: que efeitos as medidas que visavam reduzir o déficit energético brasileiro nos anos de 1970 e 1980 trouxeram para a política exterior¹ brasileira? Este questionamento faz parte da problemática que conduzirá esta investigação.

A hipótese é que as medidas políticas e econômicas adotadas para a resolução do déficit energético brasileiro na época geraram uma maior aproximação do Brasil com o Iraque, que forneceu petróleo ao Brasil, ao mesmo tempo em que o Brasil exportou material bélico² para o Iraque, resultando no crescimento da indústria bélica brasileira.

Neste período oportuno, grandes empresas brasileiras da indústria bélica visaram no Oriente Médio potenciais mercados e investidores para seus projetos. A presente pesquisa tem ainda, o objetivo de aprofundar o conhecimento nesta temática, pretendendo assim, contribuir academicamente para o domínio deste campo do conhecimento para a história da economia do Brasil.

Para este estudo, optou-se por utilizar a abordagem teórica neorrealista de Kenneth Waltz. Segundo Waltz (1979), as teorias das relações internacionais lidam com acontecimentos a todos os níveis, do subnacional ao supranacional. Para ele, uma mudança estrutural dá origem a novas desconfianças e expectativas sobre os resultantes, que se darão pelos atos e interações entre as unidades, onde o posicionamento de cada unidade varia de acordo com as mudanças na estrutura.

A teoria de Waltz é válida para ordenar e tratar adequadamente os dados que se produzem sobre a realidade e a conjuntura do sistema internacional no período que será

¹ Entende-se por Política Exterior: conjunto definido de medidas, decisões e programas utilizado pelo governo de um país para projetar e direcionar suas ações políticas no exterior (POLITIZE, 2018).

² Entende-se por “Material Bélico”: armamentos, viaturas, aeronaves, peças e conjuntos de reparação e aperfeiçoamento destinados a esses materiais (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017).

analisado. Como visto em Waltz (1979), existe uma assimetria na distribuição de capacidades, e este fato influencia no comportamento dos Estados. Logo, estes Estados comportam-se de maneira racional, buscando o menor custo para obter o maior benefício. Este comportamento, leva em conta a escolha racional do alinhamento com outros Estados que possam produzir benefícios mútuos. Nesta pesquisa, é analisada a relação de dois Estados em um sistema internacional, Brasil e Iraque, e como estes dois Estados, pensando racionalmente, produziram benefícios mútuos, levando em conta que existia uma assimetria na distribuição de suas capacidades.

A pesquisa tem justificativa acadêmica e social ao investigar como se deu a aproximação do governo brasileiro com países do Oriente médio, principalmente o Iraque, ressaltando o papel da indústria bélica brasileira para uma real cooperação. Este estudo se mostra relevante, pois o período a ser avaliado, entre os anos de 1974 e 1993 é considerado o ápice da indústria bélica brasileira, representando 0,32% das exportações mundiais destes produtos, neste contexto. Uma porcentagem pequena se comparada às seis grandes potências dominantes deste mercado na época: Estados Unidos, União Soviética/Rússia, França, Reino Unido, China e Alemanha Ocidental/Alemanha, que correspondiam a 89% do total exportado (MORAES, 2010, p. 60-61).

O percentual brasileiro foi, de fato, baixo se comparado as grandes potências, mas não muito distante do alcance de países com importantes indústrias bélicas. Esteve ainda muito superior a importantes países emergentes como o Egito (0,09%), África do Sul (0,06%) e Índia (0,02%) (MORAES, 2012, p. 3). Aqui, percebe-se a importância do estudo do legado na área da indústria bélica que a cooperação entre Brasil e Iraque deixou.

O Iraque é considerado o maior cliente que a indústria bélica brasileira já possuiu, muito pelo longo período de guerra entre Irã e Iraque, cerca de oito anos (1980-1988). Comparando os períodos de exportação de artefatos militares para o Iraque, pôde observar-se um aumento no período que passou de US\$ 17,8 bilhões (1970-79) para US\$48,5 bilhões (1980-88) (MORAES, 2010, p. 63).

A pesquisa está composta por dois capítulos, além da introdução e a conclusão. No primeiro capítulo é apresentada a abordagem teórica utilizada, no segundo, realiza-se a contextualização do relacionamento brasileiro-iraquiano, mais especificamente a questão do Petróleo e a da indústria bélica brasileira e uma análise teórica do caso; e em seguida será realizada a conclusão da pesquisa.

1 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A multiplicidade de interpretações do cenário internacional, antes entendido pela história, pela economia ou pelo direito internacional, reuniu-se nas Relações Internacionais. A discussão sobre a ordem mundial girou em torno da sustentação à natureza do homem como ponto central das relações internacionais. Buscaram-se explicações para o cenário internacional em conceitos desvinculados da realidade. Deste modo, as Relações Internacionais surgem inicialmente na urgência da busca por alterações no mundo pautadas por conceitos universais (DUTRA, 2015, p. 110).

A primeira abordagem sustentou a existência de um ordenamento moral nas relações internacionais baseado em pressupostos abstratos e universalmente válidos nesse ambiente. Desde a evolução da ordem política pautada pela educação de uma natureza humana dotada de maleabilidade, o desenvolvimento internacional seria possível. Outra linha de pensamento compreendeu um mundo preso a natureza humana, dotado de imperfeições. O resultado das interações entre forças oriundas de interesses contrários a natureza humana seria motivo da impossibilidade da plena realização de princípios morais no ordenamento internacional. O poder com ênfase de crítica e de horror, ou resignação e admiração, dominou a descrição do cenário internacional. Assim, o termo política de poder passou a ser utilizado como sinônimo para designar a política internacional. Logo, as relações internacionais foram interpretadas pela capacidade de um ator influir nas ações de outros, desde sua capacidade de impor sua vontade aos demais (DUTRA, 2015, p. 111).

A evolução do pensamento sobre política internacional passou a descrever um ambiente mais complexo do que sugerem alguns pensamentos racionais do mundo, como alcançou o objetivo de analisar um ambiente internacional de forma mais razoável do que a luta por alterações e desenvolvimento do mundo. Logo, as Relações Internacionais também conseguem entender a atuação dos Estados no cenário internacional desde a explicação dos interesses comuns dessas sociedades (DUTRA, 2015, p. 112).

A primeira variável apontou o interesse dos Estados em sua própria liberdade, mesmo quando estes demonstram pouca consciência do valor desta liberdade. Um segundo ponto demonstrou o interesse comum dos Estados em existir desde a predominância de uma comunidade política no cenário internacional, a qual garanta a salvaguarda desse ambiente (DUTRA, 2015, p. 113).

As alterações no cenário internacional durante o século XX desenvolveram formas sofisticadas de relacionamento entre os atores internacionais. Neste ambiente, no mínimo três vertentes teóricas se destacaram nas Relações Internacionais. Primeiramente, uma via média racionalista de entendimento do espaço internacional com origem na academia europeia, bem como um novo debate entre a interdependência e a estrutura do sistema internacional na academia americana. Na Europa, pensadores delinearam o cenário internacional a partir de três representações capazes de descrever a realidade em diferentes tempos e espaços (DUTRA, 2015, p. 113).

Desde uma produção de saberes, as Relações Internacionais sustentaram a reprodução das diferenças no mundo desde dicotomias como realismo e o idealismo, a identidade e a diferença, ou a comunidade e a anarquia. Assim, as teorias das Relações Internacionais estariam difundindo a importância do Estado e negligenciando mudanças das relações no mundo (DUTRA, 2015, p. 113).

Edward Carr afirma que a normativa dos primeiros acadêmicos de Relações Internacionais acabou por cegá-los. Foi tal preocupação que obrigou esses primeiros acadêmicos a pensarem em termos do “deve ser” do mundo, em vez de estudar como o mundo “realmente” funcionava. Carr chamou esses estudantes de utópicos ou idealistas. Ao contrário destes idealistas, o autor definiu um segundo grupo que chamou de realistas, que estudava como o mundo realmente era e que defendia uma visão menos utópica e mais sintonizada com as dimensões do poder e do interesse que permeiam a política internacional (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 3-4).

A caracterização realizada por Carr desse debate como um confronto entre idealistas e realistas ficou conhecida na área acadêmica de Relações Internacionais como o “primeiro grande debate” da teoria das Relações Internacionais. O primeiro grupo queria estudar como mudar o mundo para torná-lo mais pacífico, enquanto o segundo grupo queria estudar os meios a disposição dos Estados para que pudessem garantir sua sobrevivência. O início da Segunda Guerra Mundial, que enfatizou a vitória da lógica da sobrevivência, acabou dando razão aos realistas e enterrando os idealistas. O realismo saiu, então, desse primeiro grande debate, como o grande vencedor (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 4).

Na área acadêmica, o surgimento de novos atores não estatais na política internacional, como grandes empresas multinacionais e organizações internacionais governamentais e não-governamentais, levou ao questionamento de premissas básicas do realismo. Esses questionamentos levaram o realismo a uma crise. Neste período surgiram críticos ao excesso

de ênfase no conflito em detrimento da cooperação e da interdependência. Neste contexto, Joseph Nye e Robert Keohane lançaram em 1977 “Power and interdependence: World Politics in Transition” que fora emblemático a esse respeito (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 5-6).

Nesta conjuntura, Kenneth Waltz publicou “Theory of International Politics”, um livro que trouxe o realismo a uma posição de supremacia na teoria das Relações Internacionais. Waltz trouxe o debate agente-estrutura assim como a influência da microeconomia à teoria das Relações Internacionais, provocando um impacto na disciplina e tornando-se objeto de inúmeros debates. No final da década de 1980 surge o construtivismo, contribuição reconhecida como importante no decorrer da década de 1990 e trouxe a influência de debates que estavam ocorrendo em outras ciências sociais para as Relações Internacionais. Com isso, o debate contemporâneo nas Relações Internacionais seria um debate entre o realismo, o liberalismo e o construtivismo e suas respectivas variantes (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 6-7-8).

Uma matriz teórica para o estudo do comportamento de um Estado (interações e relações entre países) deve levar em conta, o contexto internacional, ou seja, a natureza do ambiente externo. Como as forças sistêmicas sozinhas não são capazes de explicar o comportamento dos Estados, é preciso avaliar as diferentes estratégias nacionais de inserção internacional, considerando o peso da política doméstica nesses cálculos. Como o doméstico e o externo estão entrelaçados, o sistema internacional deve ser encarado tanto como causa como consequência da política doméstica. Em suma, a teoria adotada nesta pesquisa deve estar ligada a uma teoria do sistema internacional, por estes motivos, escolheu-se a teoria neorrealista de Kenneth Waltz (FARES, 2007, p. 16).

1.1 TEORIA SISTÊMICA

A estrutura não é uma coisa que vemos. Uma estrutura é definida pela disposição das suas partes. Apenas as mudanças de disposição são mudanças estruturais. O conceito de estrutura baseia-se no fato das unidades justapostas e combinadas de forma diferente produzirem diferentes resultantes. A estrutura define a disposição, ou o ordenamento, das partes de um sistema. A política interna é ordenada hierarquicamente. As unidades, instituições e agências posicionam-se uma face às outras, em relações de superioridade e subordinação. O princípio ordenador de um sistema dá o primeiro, e básico, pedaço de

informação sobre a maneira como as partes de um domínio estão relacionadas entre si (WALTZ, 1979, p. 115).

Uma vez que a estrutura é uma abstração, não pode ser definida enumerando características materiais do sistema. Deve, em vez disso, ser definida pela disposição das partes do sistema e pelo princípio dessa disposição (WALTZ, 1979, p. 115).

A liberdade não pode ser sustentada sem uma estrutura de ordem que mantenha a paz. Ordem e liberdade, às vezes descritas como polos opostos no espectro da experiência, deveriam, ao contrário, ser compreendidas como interdependentes. Qualquer sistema de ordem tem como base dois componentes: um conjunto de regras comumente aceitas, que definam os limites do que é permissível, e uma balança de poder que impõe limites caso as regras sejam violadas, impedindo assim que uma unidade política subjugu todas as outras (KISSINGER, 2014, p. s/p).

O posicionamento das unidades umas em relação às outras não é completamente definido por um princípio sistêmico ordenador e pela diferenciação formal das suas partes. A posição das unidades também muda com mudanças nas suas capacidades relativas. No desempenho das suas funções, as agências podem ganhar ou perder capacidades (WALTZ, 1979, p. 117).

Fareed Zakaria questiona a separação do nível doméstico do nível internacional, assim como a autonomia do internacional. Zakaria afirma que a política doméstica, assim como questões internas, define a política externa dos Estados, o que no caso das grandes potências, passa a ter consequências sistêmicas (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Uma estrutura política interna é assim definida, primeiro, de acordo com o princípio pelo qual é ordenada, segundo, pela especificação das funções de unidades formalmente diferenciadas, e, terceiro, pela distribuição das capacidades dessas unidades (WALTZ, 1979, p. 117).

Ao deixarmos de lado a personalidade dos atores, o seu comportamento, e as suas interações, chegamos a um quadro puramente posicional da sociedade. Daqui emergem três proposições. Primeiro, as estruturas podem durar enquanto a personalidade, o comportamento, e as interações variam largamente. A estrutura é fundamentalmente distinta das ações e das interações. Segundo, uma definição de estrutura aplica-se a domínios de substância bastante diferente desde que a disposição das partes integrantes seja similar. Terceiro, porque isto é assim, as teorias desenvolvidas para um dado domínio podem, com algumas modificações, ser aplicadas também a outros domínios (WALTZ, 1979, p. 115).

Um sistema é composto por uma estrutura e por unidades em interação. A estrutura é a componente alargada do sistema que torna possível pensar o sistema como um todo. As estruturas internacionais são definidas em termos das unidades políticas primárias de uma dada era, sejam elas cidades-Estados, impérios ou nações. As estruturas emergem da coexistência dos Estados. Nenhum Estado tem a intenção de participar na formação de uma estrutura pela qual, ele e outros, serão constrangidos. Se as unidades vivem, prosperam, ou morrem, depende dos seus próprios esforços. Os sistemas são formados e mantidos num princípio de Auto-ajuda que se aplica as unidades. Os sistemas políticos internacionais são formados pela cooperação de unidades egoístas (WALTZ, 1979, p. 114).

Para John Mearsheimer, as relações internacionais são caracterizadas pela existência da anarquia internacional e são constituídas de atores racionais chamados Estados. A competição permanente é a principal característica desse sistema internacional, e o poder não é um objetivo em si, mas sim um meio para manter a sobrevivência (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Para Sarfati (2005) num mundo anárquico em que prevalece o *self-help* (auto-ajuda), os princípios e regras dos regimes internacionais são mais fracos que o elemento constitucional de um país. Portanto, na política internacional, esses elos são necessariamente frágeis. Os regimes internacionais podem promover a cooperação internacional, mas estão submetidos à anarquia e ao princípio de *self-help* (SARFATI, 2005, p. 59).

Para o Antropólogo M.G. Smith “num sistema de Estados soberanos nenhum Estado é soberano” (SMITH, 1966, p.122 Apud WALTZ, 1979, p.135). O erro está em identificar soberania dos Estados com a sua capacidade de fazerem aquilo que desejam. Dizer que os Estados são soberanos não é dizer que eles podem fazer o que quiserem que eles são livre da influência dos outros, que eles são capazes de conseguir aquilo que querem. Os Estados soberanos podem ser muito pressionados por todos à sua volta, impelidos a agir de forma que prefeririam evitar, e incapazes de fazer quase tudo como gostariam. A soberania dos Estados nunca implicou o seu isolamento dos efeitos das ações de outros Estados. Ser soberano e ser dependente não são condições contraditórias (WALTZ, 1979, p. 135).

Ser soberano significa que ele decide por si mesmo como irá enfrentar os seus problemas internos e externos, incluindo se quer ou não procurar a assistência de outros e ao fazê-lo limitar a sua liberdade chegando a compromissos com eles. Os Estados desenvolvem suas próprias estratégias, cartografam os seus próprios caminhos, tomam as suas próprias

decisões sobre como responder a quaisquer desejos que desenvolvam (WALTZ, 1979, p. 136).

As questões estruturais são questões sobre a organização das partes de um sistema. Os sistemas internos são centralizados e hierárquicos. As partes dos sistemas político-internacionais têm relação de cooperação. Formalmente, cada um é igual aos outros, nenhum deve comandar, nenhum deve obedecer. Os sistemas internacionais são descentralizados e anárquicos. Os princípios ordenadores das duas estruturas são claramente diferentes, de fato, são o contrário uns dos outros. A primeira noção de uma definição estrutural afirma o princípio pelo qual o sistema é ordenado (WALTZ, 1979, p. 125).

Para Robert Gilpin, a estabilidade do sistema internacional depende da existência de uma ou mais potências hegemônicas. Gilpin afirma que a estabilidade do sistema depende da atuação da potência hegemônica na medida em que ela(s) arca(m) com os custos do funcionamento desse sistema. Quando surge uma potência desafiante ao *status quo*, entra o cálculo dos custos e dos benefícios: enquanto o custo de desafiar a potência hegemônica for superior aos benefícios que poderão decorrer disso a potência emergente não desafiará a potência hegemônica (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

A hierarquia impõe relações de superioridade e de subordinação entre as partes de um sistema, e isso implica a sua diferenciação. Os Estados são as unidades dos sistemas político-internacionais não são formalmente diferenciados pelas funções que desempenham. A anarquia impõe relações de coordenação entre as unidades de um sistema, e isso implica a sua semelhança (WALTZ, 1979, p. 132).

As partes de um sistema hierárquico estão relacionadas umas às outras de forma que são determinadas pela sua diferenciação funcional e pela amplitude das suas capacidades. As unidades de um sistema anárquico são funcionalmente indiferenciadas. As unidades de tal ordem são então distinguidas primariamente pelas suas maiores ou menos capacidade para desempenhar tarefas similares. A estrutura de um sistema muda com as mudanças na distribuição de capacidades entre as várias unidades do sistema. O poder é estimado pela comparação das capacidades de um certo número de unidades (WALTZ, 1979, p. 137). Logo, uma definição de estrutura em três partes permite-nos distinguir esses tipos de mudanças.

Primeiro, as estruturas são definidas de acordo com o princípio pelo qual um sistema é ordenado. Os sistemas são transformados se um princípio ordenador substituir outro. Passar de um domínio anárquico para um hierárquico é passar de um sistema para outro. Segundo, as estruturas são definidas pela especificação das funções de unidades diferenciadas. Os sistemas

hierárquicos mudam se as funções forem diferentemente definidas e distribuídas. Para os sistemas anárquicos, o critério da mudança sistêmica derivado da segunda parte da definição desaparece uma vez que o sistema é composto por unidades semelhantes. Terceiro, as estruturas são definidas pela distribuição das capacidades pelas várias unidades. Mudanças nesta distribuição são mudanças de sistema quer o sistema seja anárquico ou hierárquico (WALTZ, 1979, p. 142).

A definição da Estrutura de Waltz comporta o princípio de ordenamento, a distribuição das capacidades e a diferenciação funcional das unidades. Isso implica que a revolução tecnológica, da nuclear à internet, é uma propriedade da unidade e não da estrutura, o que os neoliberais julgam ser estranho, pois, apesar de a tecnologia ser, de fato, uma propriedade das unidades, nenhum desenvolvimento tecnológico é produto do trabalho de um país isoladamente (SARFATI, 2005, p. 180).

Os Estados são como pessoas, são inseguros em proporção à extensão da sua liberdade. Se a liberdade é desejada, a insegurança tem de ser aceita. As organizações que estabelecem relações de autoridade e controle podem aumentar a segurança à medida que diminuem a liberdade. Quer seja ou não pela força, cada Estado segue o caminho que pensa servir melhor os seus interesses. Se a força é usada por um Estado, ou se o seu uso é esperado, os outros Estados não têm outro remédio senão usarem a força ou estarem preparados para usá-la individualmente ou em combinação com outros (WALTZ, 1979, p. 156-158).

Cada Estado, como qualquer outro Estado, é uma entidade política soberana. Os Estados variam muito em tamanho, riqueza, poder e forma. E, no entanto, as variações nestes outros aspectos são variações entre unidades semelhantes. Os Estados desempenham ou tentam desempenhar tarefas, a maioria das quais são comuns a todos eles, os fins a que aspiram são similares. Do Estado rico ao Estado mais pobre, do velho ao novo, quase todos eles dão mais atenção aos assuntos da regulamentação econômica, da educação e saúde assim quase infinitamente. As funções são similares e as distinções entre eles surgem principalmente das suas capacidades variadas (WALTZ, 1979, p. 136-137).

A discussão das prioridades nas agendas dos Estados é uma tradicional discussão que remonta aos debates entre realistas e idealistas clássicos. No contexto do debate “Neo-Neo”, fica claro que os neorrealistas assumem a tradicional posição de que a agenda dos Estados é hierárquica e a segurança assume o lugar de prioridade número 1. Já os neoliberais tendem a entender que a agenda dos Estados não seja hierárquica, isto é, há Estados que podem se

preocupar mais com o tema de segurança, ao passo que outros focam os temas econômicos (SARFATI, 2005, p. 178).

Para Morgenthau, o Estado define o interesse nacional, e este pode ser traduzido em termos de poder. Assim, a existência da anarquia internacional impõe ao estadista a adoção da ética de responsabilidade, segundo a qual o único interesse nacional relevante é a sobrevivência do Estado. Para ele, a política pode visar a um destes três objetivos: manter o poder, aumentar o poder ou demonstrar o poder. Estes três objetivos da política se traduzem pela manutenção do *status quo*. Esta manutenção não significa impedir mudanças, mas sim a manutenção do equilíbrio de poder existente e a tolerância de mudanças que não o perturbem (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Num sistema de Auto-ajuda, os Estados que não se ajudam a si mesmos, ou os que fazem menos eficazmente do que outros não conseguirão prosperar, expor-se-ão ao perigo, sofrerão. O medo dessas consequências indesejáveis estimula os Estados a comportarem-se de forma que tendem para a criação de balanças de poder. Não é necessário assumir que todos os Estados competidores lutam implacavelmente para aumentar o seu poder. No entanto, a possibilidade de que a força seja usada por alguns Estados para enfraquecer ou destruir outros, dificulta-lhes escaparem do sistema competitivo (WALTZ, 1979, p. 165).

O raciocínio analítico aplicado onde uma abordagem sistêmica é necessária leva ao estabelecimento de todo o tipo de condições como pré-requisitos para a formação das balanças de poder e a tendência para o equilíbrio e como condições prévias gerais da estabilidade mundial e da paz. Alguns requerem que o número de grandes potências seja maior que dois, outros que uma superpotência esteja disposta a desempenhar o papel de equilibrador. Alguns requerem que a tecnologia militar não mude rapidamente, outros que as grandes potências se submetam a regras arbitrariamente especificadas. A política da balança de poder prevalece onde quer que dois requisitos existam: que a ordem seja anárquica e que seja povoada por unidades que desejem sobreviver (WALTZ, 1979, p. 168).

A teoria do balanço de poder é uma teoria sobre os resultados produzidos pelas ações descoordenadas dos Estados. A teoria faz assunções sobre os interesses e os motivos dos Estados (WALTZ, 1979, p. 170).

Existem divergências nas definições da balança de poder entre os realistas e neorealistas. Morgenthau define a balança de poder como fruto de uma política escolhida e adotada por estadistas que tomam decisões específicas no plano externo. Para ele, a existência de uma balança de poder é necessária já que a define como o mecanismo para garantir a

estabilidade do sistema internacional. A balança de poder reflete a visão de estadistas que criam e se envolvem em alianças internacionais para defender seu interesse nacional. Diferentemente de Waltz, que vê a balança de poder como inerente a qualquer sistema internacional (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

A teoria leva-nos a esperar que os Estados se comportem de formas que resultem na formação de balanças. Se os Estados se equilibram uns aos outros ou se aliam ao mais forte, depende da estrutura do sistema. Não se espera que os fortes se aliem aos fortes de forma a aumentar a extensão do seu poder sobre os outros, mas em vez disso, se espera que se preparem para luta e procurem aliados que possam ajudá-los. Na anarquia, a segurança é o fim mais importante. Apenas se a sobrevivência for assegurada é que os Estados podem com segurança procurar outros objetivos como a tranquilidade, o lucro e o poder. Porque o poder é um meio e não um fim (WALTZ, 1979, p. 175).

O objetivo que o sistema encoraja a perseguir é a segurança. A teoria descreve as relações internacionais como um domínio competitivo. O destino de cada Estado depende das suas respostas às ações dos outros dos outros Estados. A competição produz uma tendência em direção a semelhança dos competidores (WALTZ, 1979, p. 176). Mearsheimer destaca dois mecanismos diplomáticos: a balança, é quando um Estado tenta neutralizar o crescimento de uma potência regional por meio de alianças com outros Estados e o *buck-passing*, que é quando um Estado prefere delegar a um outro Estado a responsabilidade de neutralizar o avanço de uma eventual potência hegemônica (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

1.2 DESENHO DA PESQUISA

Após a exposição da teoria e dos mais elementos da pesquisa, apresenta-se nesta parte do texto um diagrama que retrata os elementos que compõem esta pesquisa, ajudando a sintetizar a hipótese pela qual a pesquisa circula.

Sintetizando sobre a teoria utilizada, existe um conjunto de regras e limites na estrutura onde as unidades (Brasil e Iraque) interagem. As funções entre estas unidades são similares e as diferenças surgem entre eles principalmente por suas capacidades variadas. Cada unidade segue o caminho que pensa servir melhor os seus interesses. Em um sistema de *self-help*, estas unidades preocupam-se com a sobrevivência, e a sobrevivência irá condicionar o direcionamento de sua política.

Em relação aos demais elementos da pesquisa, a tabela a seguir demonstra à questão, a hipótese empírica, a hipótese teórica, a variável independente, a variável dependente, o método de estudo utilizado e as fontes de dados para a realização da pesquisa.

<p>Questão: Quais medidas políticas e econômicas o Brasil adotou que causaram o crescimento da indústria bélica brasileira no período dos anos de 1980?</p>	<p>Hipótese Empírica: As medidas políticas e econômicas adotadas para a resolução do déficit energético brasileiro geraram uma maior aproximação do Brasil com o Iraque, que forneceu petróleo ao Brasil, ao mesmo tempo em que o Brasil exportou material bélico para o Iraque, resultando no crescimento da indústria bélica brasileira.</p>	<p>Hipótese Teórica: Num sistema de Auto-ajuda, as unidades preocupam-se com a sobrevivência, e a preocupação condiciona o seu comportamento. A desigualdade na distribuição de recursos estratégicos levou as duas unidades a uma cooperação de ganhos mútuos.</p>	
<p>Variáveis Independentes: Crise energética brasileira e diversificação de aliados estratégicos do Iraque</p>	<p>Variável Dependente: Aproximação entre Brasil e Iraque</p>	<p>Método: Estudo de caso</p>	<p>Fonte de dados: Documentos Oficiais, Artigos digitais e livros</p>

A formulação de hipóteses levou em consideração a relação causal entre as variáveis, ou seja, a correlação entre a uma crise energética e uma política externa independente que visava a diversificação de aliados auxiliaram na formulação da hipótese desta pesquisa.

2 RELAÇÕES BRASIL-IRAQUE

No primeiro ponto deste capítulo, é realizada uma introdução sobre a geopolítica existente por trás do insumo de maior importância no mundo, o petróleo, e em seguida é ressaltada a importância dos governos fomentarem e incentivarem sua indústria bélica. No ponto seguinte, será analisado em um restrito período, década de 1970 e 1980 a questão da segurança energética brasileira e suas complicações em relação ao abastecimento da indústria nacional em meio a crises do petróleo. Em seguida, será realçado o desenvolvimento da indústria bélica brasileira também no período de 1970 e 1980, onde é alcançado o ápice da mesma. No quarto ponto, a ótica é voltada para o Iraque, e será analisada a sua colocação tanto como detentor e fornecedor de petróleo, quanto à de grande comprador de produtos da indústria bélica brasileira.

2.1 CONTEXTO MUNDIAL: O PETRÓLEO E O MATERIAL BÉLICO

O petróleo é a heroína do mundo moderno. Os prazeres que ele proporciona alimentam um modo de vida que nenhuma outra fonte de energia é capaz de satisfazer, de forma tão plena e barata. Todos os esforços feitos no sentido de mudar hábitos originados no consumo do petróleo mostraram-se ineficazes, dolorosos e fadados ao insucesso. O comércio do petróleo está hoje, como o tráfico das drogas, tão enraizado em todos os países, sejam ricos ou pobres, que suas economias passaram a ser reféns dessa notável substância. A origem deste Estado de coisas é fábula sobre a ganância, rivalidade e conspirações (MILLER e MYLROIE, 1990, p. 165).

Atualmente, o Petróleo é considerado a principal fonte geradora de energia do nosso planeta: através dele é feita a gasolina e o óleo diesel que movimentam os veículos por terra, água e ar, e também produz a energia para indústrias dos mais diversos tipos e materiais de consumo. Após a primeira grande crise em 1973, a humanidade se deparou com a possibilidade dessa fonte esgotar-se. O petróleo tem sua principal utilidade como gerador de energia, especialmente quando é transformado em gasolina, óleo diesel, benzina, querosene e outros derivados, além de servir como matéria prima para produtos asfálticos, polímeros plásticos e até mesmo alguns medicamentos (PEREIRA, 2008, p. 55-56).

Tamanha importância estratégica como fonte de energia e riqueza, gera graves problemas políticos, por ser um recurso restrito a alguns Estados. Os países que detêm este

ouro negro aprenderam a usar esta fonte como uma arma política e econômica para barganhar espaço no cenário internacional. Crises e guerras fazem parte da história do petróleo, pois quem detém seu controle pode dar “as cartas do jogo” e pode controlar os preços, produção e áreas de influência política (PEREIRA, 2008, p. 56).

A geopolítica é o fator sistêmico de maior influência na indústria do Petróleo. O petróleo é uma commodity transnacional, característica de sua distribuição geográfica desigual. Os desdobramentos geopolíticos desse desequilíbrio natural têm sido uma constante fonte de incertezas e riscos para a atividade e têm marcado profundamente a história desse energético e do desenvolvimento mundial. A indústria do petróleo constitui-se de uma cadeia de atividades que vai desde a prospecção de uma jazida até a distribuição de derivados ao consumidor. Caracteriza-se por uma grande heterogeneidade tecnológica e uma vasta gama de processos produtivos (FURTADO e MULLER, 1993, p. 1). A competitividade na indústria do petróleo está associada fundamentalmente ao controle das reservas de bruto e, num segundo plano, ao controle de seus mercados e da tecnologia de toda a cadeia. Os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) estão bem posicionados quanto ao porte das reservas (FURTADO e MULLER, 1993, p. 2), como por exemplo, o país analisado nesta pesquisa, o Iraque, dono de uma das maiores reservas de petróleo do mundo.

Visto a importância e o poder de barganha deste recurso natural estratégico, em seguida, será realizada uma introdução ao cenário internacional do comércio de produtos bélicos e os interesses por trás desta indústria.

O cenário mundial de comércio de artefatos militares constitui uma dimensão específica das relações internacionais, especialmente quando se trata de transferências de armas convencionais para regiões em conflito especialmente a partir da década de 1970. Naquela ocasião, as transferências de armamentos justificaram-se por razões políticas e econômicas, sendo que nos casos das grandes potências como os Estados Unidos e a Rússia, os incentivos políticos eram mais importantes que os incentivos econômicos. A exportação de armamento estava vinculada a política externa como forma de intensificar a influência dos respectivos aliados, amigos e clientes. Neste mesmo período, surgem novos fornecedores no cenário internacional justificando suas vendas tanto por razões políticas, mas principalmente econômicas (AVILA, 2009, p. 222).

Por um lado, os armamentos são produtos semelhantes a quaisquer outros, cujas exportações contribuem para o crescimento econômico, o aumento da arrecadação tributária e o ingresso de divisas, por outro lado, o mercado de armamentos possui características

peculiares, o caráter estratégico destes produtos implica que suas transferências externas podem ter diversos objetivos e implicações (MORAES, 2012, p. 9). Na imagem a seguir, podemos ver perceber implicações ou objetivos por trás de transferências de armamentos:

Objetivos e implicações nas transferências de armamentos para o exterior

	Objetivos e implicações políticas (positivas e negativas)		Objetivos e implicações econômicas (positivas e negativas)
+	Fortalecimento absoluto/relativo de Estados ou movimentos insurgentes aliados	+	Aumento do ingresso de divisas em moeda estrangeira
+	Enfraquecimento relativo de Estados ou movimentos insurgentes inimigos	+	Elevação da arrecadação de tributos
+ -	Influência sobre o curso de guerra interestatal ou guerra civil	+	Promoção do crescimento e/ou do desenvolvimento econômico
+	Aumento da influência sobre as políticas interna e/ou externa do receptor das armas	+	Redução do custo dos produtos militares que o Estado nacional adquire
+	"Conquista" de um aliado	+	Geração/manutenção de uma escala de produção que viabilize a indústria bélica nacional
+	Fortalecimento de aliança por meio do aumento da confiança mútua	+	Redução dos subsídios concedidos às empresas do setor
+	Fortalecimento de aliança militar por meio da padronização de equipamentos e consequente elevação da interoperabilidade	+	Realização de "trocas" de armamentos por recursos naturais (petróleo, gás natural, urânio etc.)
+	Obtenção ou manutenção do <i>status</i> de país neutro e/ou pacífico	-	Dependência excessiva do mercado externo
-	Fortalecimento indesejado de um futuro inimigo		
-	Recebimento de sanções decorrentes de violações de embargos de armas		
-	Perda de um aliado por recusa a fornecimento de armas		

Tabela 1- Objetivos e implicações nas transferências de armamentos para o exterior.

Fonte: (MORAES, 2012, p. 10).

Como visto no quadro acima, sob ponto de vista político, os governos podem utilizar o fornecimento de armas como instrumento de política externa. Assim, podem fortalecer aliados, e influenciar balanças de poder regionais, como aumentar a influência sobre políticas interna ou externa do receptor, podendo ser uma forma de solidificar alianças entre Estados. (MORAES, 2012, p. 10). Já do ponto de vista econômico, as exportações podem reduzir os custos de suas próprias aquisições de armas, como em muitos casos, é necessário que se alcance escala de produção capaz de manter a viabilidade econômica da indústria. Mas o fator mais importante para esta pesquisa, do ponto de vista estatal, com fortalecimento da indústria

bélica, é possível negociar a compra de insumos, como o petróleo, gás natural e urânio. Por fim, maiores exportações contribuem para a elevação da arrecadação de tributo, a ampliação do ingresso de divisas e, de forma geral, a expansão da economia nacional (MORAES, 2012, p. 11).

A produção de armamentos caracteriza-se por efetuar sob os auspícios do Estado. As principais peculiaridades dessa produção são seus longos ciclos de desenvolvimento, as séries limitadas e os consideráveis custos de desenvolvimento, decorrentes da pesquisa permanente de tecnologias de ponta. O mercado de artefatos de defesa apresenta uma estrutura particular. A demanda se compõe de um monopólio (único comprador), frente a um monopólio (único produtor) ou oligopólios fortemente concentrados por tipo de armamentos. O Estado é o único cliente. As compras governamentais são, assim, a variável-chave: definem a própria subsistência das empresas (MELO, 2015, p. 41).

A demanda por equipamentos militares, seja doméstica, seja externa, é determinada por fatores estratégicos e geopolíticos. Muitas vezes, não obedece puramente aos condicionantes do mercado. Questões relacionadas a eficiência econômica, como custos, condições de financiamento e prazos de entrega, são relegadas a um segundo plano. Por sua vez, o mercado internacional de defesa, não é um mercado livre, questões relacionadas a soberania determinam as regras de abertura dos mercados a concorrência externa. O comércio internacional de equipamentos militares não é regulamentado pelas normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) (MELO, 2015, p. 43).

Feita uma introdução sobre a indústria de artefatos militares e os interesses tanto econômicos quanto políticos que giram em torno desta indústria, no tópico seguinte, será aprofundado o tema da segurança energética brasileira e suas vulnerabilidades.

2.1.1 A QUESTÃO DO PETRÓLEO PARA O BRASIL

Desde a década de 1960, a política externa brasileira vinha dando ênfase ao comércio exterior e a busca de novos mercados para os produtos de sua indústria nacional, destacando a corrida pela necessidade da garantia do abastecimento de petróleo, atitude que levou o país a uma série de políticas voltadas ao Oriente Médio nos anos de 1970 (SANTANA, 2006, p. 157).

No contexto de diversificação de mercados e aliados estratégicos, a relação com o Iraque entre 1973 e 1985 consistiu em uma via utilizada por três governos, Médici, Geisel e

Figueiredo, norteados pelo projeto de elevar o status do Brasil como potência no sistema internacional. Esta relação impulsionou a cooperação em diferentes campos, como o da cooperação militar, da tecnologia nuclear, produtos manufaturas, e da construção civil (SALEH, SPOHR, *et al.*, 2010, p. 8).

Passado a guerra de Yom Kippur, se viu um aumento expressivo no preço do barril de petróleo, organizado pelos países árabes participantes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em forma de protesto. Do ponto de vista financeiro, com este momento o Iraque passou a faturar mais que o habitual, e passou a ter capital para investir na modernização do país e em projetos de cunhos militares (FARES, 2007, p. 130). O superávit dos países exportadores de petróleo aumentou de forma notável saltando de 6,6 bilhões de dólares para 67,6 bilhões de dólares (TRAUMANN, 2011, p. 2).

Preços do barril de petróleo — 1950-1983

(US\$)			
ANOS	VALOR	ANOS	VALOR
1950	1,75	1978	12,70
1970	1,80	1979	13,34
1973 (1)	2,18	1980	26,00
1973 (2)	5,12	1981-82	34,00
1974 (3)	10,84	1983	29,00

FONTE: MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1992. p. 174.

NOTA: Os preços têm como base os da Arábia Saudita.

(1) O dado refere-se ao mês de setembro. (2) O dado refere-se ao mês de outubro. (3) O dado refere-se ao mês de janeiro.

Tabela 2- Preços do barril de petróleo – 1950-1983

Fonte: (FAY, 2003, p. 62)

Após 1973, existiu uma importante alteração no regime que geria o petróleo por dos países produtores que estabeleceram o ritmo de produção, e conseqüentemente, tiveram forte influência nos preços. Houve um deslocamento de poder na OPEP, que tinha como membros a Argélia, Arábia Saudita, Indonésia, Iraque, Irã, Qatar, Kuwait, Líbia, Emirados Árabes

Unidos e a Venezuela, países que reunidos, respondiam por 80% das exportações mundiais daquele momento. A tentativa dos países produtores de petróleo de intervir no conflito do Oriente Médio inaugurou, no contexto da Guerra Fria, um período de incertezas e inquietações. Havia a preocupação em preservar a segurança do abastecimento de petróleo do mundo industrializado (FAY, 2003, p. 63-64).

Este desenvolvimento iraquiano reacendeu o interesse brasileiro, o que se via difícil pelo baixo nível econômico iraquiano, que dificultava o relacionamento de ambos. O governo de Ahmed Hassan al-Bakr tinha como inimigos declarados o imperialismo e o sionismo, assim potências da Europa Ocidental e os EUA moldavam políticas de isolar o país árabe do Sistema Internacional. Visto isso, o Brasil viu grandes chances de se aproximar do Oriente Médio e expandir sua economia (FARES, 2007, p. 130).

As autoridades brasileiras tinham consciência de que a auto-suficiência na produção de petróleo seria dificilmente alcançada. Com o grande desenvolvimento econômico brasileiro registrado nos anos 70, o consumo interno aumentava conseqüentemente e o Brasil se via cada vez mais dependente da importação do petróleo. Em 1974 o Brasil já figurava como maior importador de petróleo entre os países em desenvolvimento. Nesse momento, o petróleo iraquiano figurava como crucial para o programa de desenvolvimento econômico do país (FARES, 2007, p. 131).

Ano	Produção Interna Petróleo (10 ³ tep)	Participação do Petróleo na Produção Interna	Importação Petróleo (10 ³ tep)	Participação do Petróleo na Oferta Interna	Grau de dependência externa
1970	8160,72	16,44%	17845,05	37,73%	68,62%
1971	8521,00	16,88%	20434,56	40,14%	70,57%
1972	8313,08	16,04%	25706,19	43,11%	75,56%
1973	8453,46	16,08%	35000,20	48,88%	80,55%
1974	8969,47	16,24%	35077,19	48,09%	79,64%
1975	8727,47	15,71%	36528,48	48,07%	80,72%
1976	8472,59	15,17%	41767,38	50,33%	83,14%
1977	8177,13	14,17%	41477,17	48,68%	83,53%
1978	8154,34	13,90%	45810,67	50,38%	84,89%
1979	8419,00	13,56%	51000,36	51,11%	85,83%

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados secundários (EPE, 2010)

Tabela 3 – Evolução da Produção Interna de Petróleo, Percentual sobre Produção Interna Total, Importação, Percentual sobre oferta total, e Grau de dependência (1970-1979).

Fonte: (NETO, 2011).

Ano	Produção Interna Petróleo (10 ³ tep)	Participação do Petróleo na Produção Interna	Importação Petróleo (10 ³ tep)	Participação do Petróleo na Oferta Interna	Grau de dependência externa
1980	9255,90	13,94%	44311,26	46,97%	82,72%
1981	10928,31	15,84%	43263,19	46,96%	79,83%
1982	13338,14	17,39%	40944,02	44,97%	75,43%
1983	16910,56	19,61%	37389,46	42,54%	68,86%
1984	23711,53	23,87%	33387,33	41,27%	58,47%
1985	28079,55	26,25%	28007,83	39,79%	49,94%
1986	29432,80	27,70%	30915,07	42,08%	51,23%
1987	29103,89	26,37%	31810,47	40,79%	52,22%
1988	28447,67	26,19%	32796,40	41,30%	53,55%
1989	30623,41	27,60%	30439,89	41,13%	49,85%

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados secundários (EPE, 2010)

Tabela 4 – Evolução da Produção Interna Petróleo, Percentual sobre Produção Interna Total, Importação, Percentual sobre oferta interna total e grau de dependência (1980-1989).

Fonte: (NETO, 2011).

Embora fosse investido em meios alternativos de energia em programas de novas hidrelétricas e o Proálcool, que tinha como objetivo substituir parte da gasolina utilizada na frota nacional de veículos, o petróleo continuaria como fonte principal das potências. Na década de 1970 a dependência externa de energia foi crescente, passando de 28% para cerca de 46% das necessidades globais (ECONOMIA & ENERGIA, 2003).

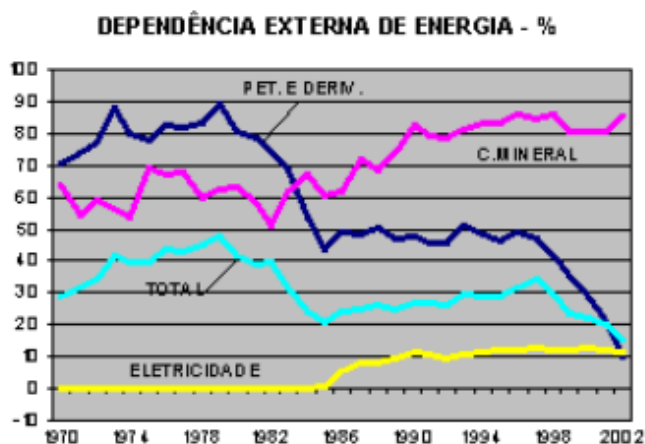


Gráfico 1- Dependência Externa de Energia

Fonte: ECONOMIA & ENERGIA, 2003.

Hans Morgenthau (1993), em seu *clássico Politics Among Nations* destaca as matérias-primas entre os componentes estáveis do poder das nações. Ele se refere especialmente aos recursos naturais necessários para a produção industrial e aqueles que põem em funcionamento o aparato militar. Na visão de Morgenthau, a importância dos recursos energéticos é crucial para a sobrevivência no cenário internacional, “Não é por acaso que os dois países mais poderosos da atualidade, os Estados Unidos e a União Soviética, são os que mais se aproximam da Auto-suficiência nas matérias-primas necessárias à produção industrial moderna e os que detêm ao menos o controle daquelas fontes de matérias-primas que eles não produzem por si mesmos” (FUSER, 2005, p. 14).

Em 1977, o Iraque com seu petróleo já figurava como terceiro maior parceiro econômico do Brasil, atrás dos EUA e da Arábia Saudita. A Venezuela, apesar de grande produtora de petróleo e por sua aproximação do Brasil, não existia grandes relacionamentos nesta área pelo tipo de pagamento que a Venezuela exigia, e a facilidade de poder pagar o petróleo iraquiano com outros produtos. Em 1979, o país árabe representava 40% do suprimento de petróleo ao Brasil, assim foi um parceiro crucial para o Brasil superar sem grandes problemas de abastecimento no segundo grande choque do petróleo (FARES, 2007, p. 137). Em decorrência desta forte aproximação do governo brasileiro com o Oriente Médio que em 1970 representava apenas 4,2% das exportações brasileiras, em 1980 chega a 34% (TRAUMANN, 2011, p. 2).

2.1.2 A INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA

As relações de Brasil e Iraque não eram apenas comerciais, mas um passou a ver o outro como um importante aliado estratégico principalmente na área de equipamentos bélicos. O Brasil foi um dos poucos países do chamado terceiro mundo que participou da corrida armamentista desde meados dos anos 70 até o final dos anos 80. Exportação de armamentos, promoção comercial e diplomacia econômica estavam intimamente ligadas. O Iraque representaria um nicho adequado para o desenvolvimento da indústria bélica nacional brasileira. Do outro lado, no governo de Saddam Hussein, o Iraque procurava diversificar seus fornecedores de equipamentos bélicos por questões estratégicas e segurança, Fato que acabou beneficiando diretamente a indústria bélica brasileira. Com o tempo, o Brasil passaria da

condição de importador de artefatos bélicos para fornecedor da maior parte de suas necessidades domésticas e exportador de volumes substanciais para inúmeros países (FARES, 2007, p. 138).

Entende-se por indústria bélica brasileira um conjunto de indústrias e empresas nacionais, instaladas no país, organizadas em conformidade com a legislação brasileira e que participam de uma ou mais etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos de defesa (MELO, 2015, p. 36).

Durante o *boom* armamentista dos anos de 1970 destacou-se o surgimento e consolidação de um crescente número de fornecedores de material bélico, inclusive o Brasil. Em um período de 10 anos (1975-1985), o Brasil se tornou num dos mais importantes fornecedores de armamentos convencionais avançados do mundo. Em termos gerais, o Brasil teve êxito em consolidar-se nesse competitivo mercado internacional devido ao fortalecimento do complexo militar-industrial e uma eficiente parceria do Estado com empresas públicas, privadas e mistas (AVILA, 2009, p. 223).

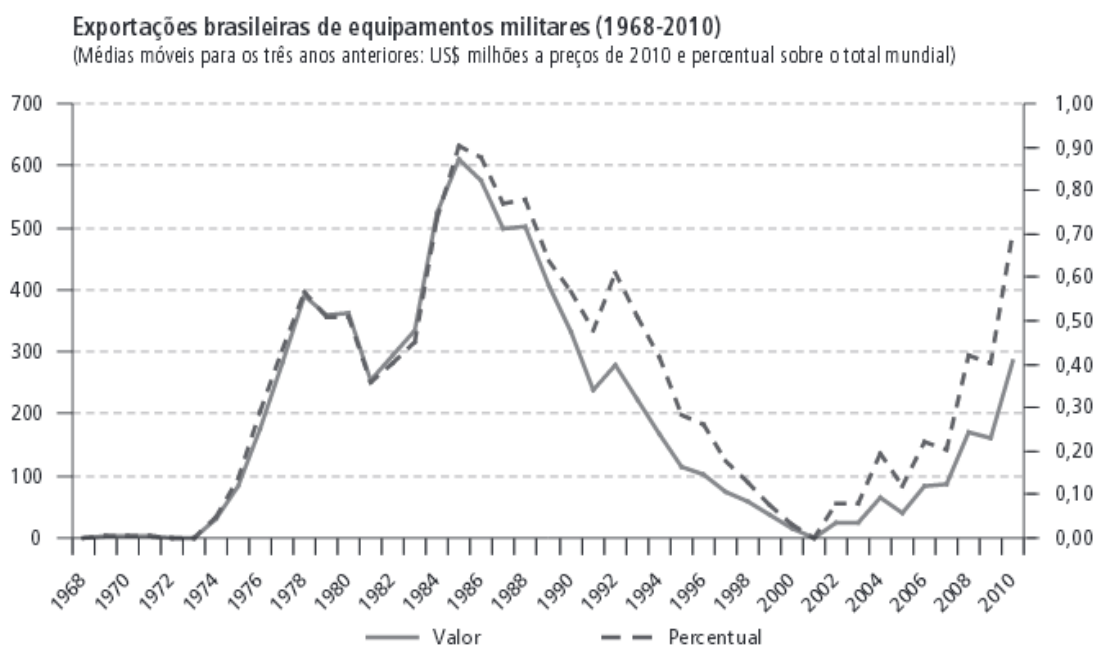


Gráfico 2- Exportações brasileiras de equipamentos militares (1968-2010)

Fonte: (MORAES, 2012, p. 24)

No início da década de 1980, a indústria de defesa brasileira era constituída por mais de trezentas empresas vinculadas diretamente ou indiretamente a produção de material militar, empregando por volta de 100 mil pessoas e aglutinando uma economia de quatro bilhões de

dólares. Vale acrescentar que o valor das exportações de material bélico brasileiro durante os anos 80, estima-se que as exportações brasileiras destes produtos flutuaram, anualmente, entre US\$200 milhões e US\$1 bilhão. (AVILA, 2009, p. 224).

O Brasil foi um dos poucos países capazes de produzir simultaneamente as cinco categorias de armamento convencional avançado utilizados pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) nos seus estudos: a) aeronaves; b) veículos blindados e artilharia; c) sistemas de navegação e radar; d) mísseis e e) navios de guerra. Mais de 70% dos produtos brasileiros tinham como destino a exportação. Estes produtos brasileiros eram desenhados com base em tecnologia de mediana sofisticação e foram muito bem recebidos no mercado internacional devido ao seu alto desempenho em operações reais, a facilidade financeira para as aquisições, ao baixo custo de manutenção, a preços competitivos, entre outras ponderações. O Brasil foi capaz de exportar 24 tipos diferentes de armamento convencional avançado e muito mais de produtos rotulados como material militar para mais de 25 países (AVILA, 2009, p. 224).

Durante a década de 1980, mais da metade das exportações brasileiras de armamento convencional foram de aeronaves produzidas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), entre seus produtos de maior destaque, o BEM-312 Tucano, avião de treinamento de alto rendimento e de combate. Outro produto que teve grande destaque no cenário internacional foi o Sistema de Foguetes de Artilharia para Saturação de Área (ASTROS)³ desenvolvido pela empresa Avibras Indústria Aeroespacial (AVILA, 2009, p. 225), empresa que ganhará mais destaque nesta pesquisa, por sua grande participação e influência neste período dourado da indústria de defesa nacional.

Como já visto na introdução, o período de 1975-1992 é considerado o auge das exportações bélicas brasileiras, quando o país respondeu por cerca de 0,35% das exportações mundiais, percentual mesmo que baixo, nada desprezível em um mercado dominado por seis potências militares: Estados Unidos, União Soviética, França, Reino Unido, China e Alemanha (MORAES, 2012, p. 22). Por outro lado, o percentual brasileiro não ficou muito atrás de importantes indústrias bélicas como Israel e Suécia, e superando países emergentes como Egito que teve a participação de 0,09%, Índia (0,02%), Argentina (0,01%), Indonésia

³ É um sistema de lançadores múltiplos de foguetes capaz de lançar munições de diferentes calibres a distâncias entre 9 e 300 km (ARMY-TECHNOLOGY, 2017).

(0,005%) e Turquia (0,002%). Na tabela seguinte, pode-se ter uma melhor noção sobre o cenário internacional de comércio e a exportação de equipamentos militares daquele período:

Exportações de equipamentos militares, por país de origem, a preços de 2010 (1975-1992)

	País	Valor (US\$ bilhões)	Percentual sobre o total mundial (%)
1	União Soviética/Rússia e Ucrânia ¹	399,4	34,75
2	Estados Unidos	386,7	33,64
3	França	77,7	6,76
4	Reino Unido	65,4	5,69
5	Alemanha Ocidental/Alemanha	52,3	4,55
6	China	38,3	3,33
7	Tchecoslováquia	24,9	2,16
8	Itália	23,4	2,04
9	Países Baixos	13,5	1,17
10	Suíça	10,6	0,92
11	Israel	6,4	0,56
12	Suécia	6,2	0,54
13	Polónia	5,6	0,49
14	Canadá	4,3	0,37
15	Brasil	4,0	0,35
-	Outros países	30,9	2,69
	Total mundial	1.149,4	-

Tabela 5- Exportação de equipamentos militares por país de origem, a preços de 2010 (1975-1992)

Fonte: (MORAES, 2012, p. 25).

As vendas externas no período anterior, de 1966-1974, foram de US\$ 58 milhões, saltaram para US\$ 1,8 bilhão no período 1975-1983, e US\$ 2,3 bilhões no período 1984-1992 (MORAES, 2012, p. 23). Na tabela a seguir, podemos perceber o crescimento e o declínio das exportações brasileiras de armas:

Exportações brasileiras de equipamentos militares, a preços de 2010 e percentual sobre o total mundial (1966-2010)

Período	Valor (US\$ milhões)	Percentual sobre o total mundial (%)
1966-1968	0	-
1969-1971	5	<0,01
1972-1974	53	0,03
1975-1977	506	0,26
1978-1980	652	0,31
1981-1983	599	0,27
1984-1986	1.034	0,53
1987-1989	731	0,39
1990-1992	502	0,37
1993-1995	205	0,17
1996-1998	103	0,08
1999-2001	0	-
2002-2004	117	0,12
2005-2007	154	0,13
2008-2010	512	0,42
Total	5.174	0,21

Tabela 6 - Exportações brasileiras de equipamentos militares, a preços de 2010 e percentual sobre o total mundial

Fonte: (MORAES, 2012, p. 23).

Durante o período dourado, as exportações da indústria brasileira foram puxadas por demanda de origem em alguns países, especialmente o Iraque e a Líbia. Na tabela a seguir, estão listos os 15 maiores clientes do Brasil no período de 1975-1992, e os percentuais que cada um representou para as exportações brasileiras:

Exportações de equipamentos militares brasileiros, por país de destino, a preços de 2010 (1975-1992)

	País	Valor (US\$ milhões)	Percentual sobre o total (%)
1	Iraque	996	24,0
2	Libia	649	15,6
3	Reino Unido ²	359	8,6
4	Colômbia ³	212	5,1
5	França	197	4,7
6	Arábia Saudita	162	3,9
7	Chipre	162	3,9
8	Paraguai	160	3,9
9	Egito	148	3,6
10	Argentina	117	2,8
11	Chile	112	2,7
12	Zimbábue	108	2,6
13	Venezuela	93	2,2
14	Nigéria ⁴	90	2,2
15	Peru	83	2,0
-	Outros países	509	12,2
	Total⁵	4.158	-

Tabela 7 - Exportações de equipamentos militares brasileiros, por país de destino, a preços de 2010 (1975-1992)

Fonte: (MORAES, 2012, p. 26).

Como se pode observar na tabela anterior, o Iraque foi o maior cliente que a indústria bélica brasileira já teve. Com o início da Guerra Irã-Iraque (1980-1988), o volume das importações militares do país cresceu aceleradamente. Se comparado ao período anterior, de 1971-1979 ao período da guerra 1980-1988, o valor importado pelo Iraque passou de US\$ 17,8 bilhões para US\$ 48,3 bilhões, tornando o Iraque o maior importador de armas do mundo naquele período, respondendo por 7,8% do total mundial. Do total importado pelo Iraque, a União Soviética foi responsável por fornecer 58,5%, a China 17,3%, a França 14,8% e o Brasil 1,9%. No geral, o Brasil exportou 80 aeronaves Tucano, fabricadas pela empresa Embraer, 400 blindados Cascavel, 200 blindados Urutu e 280 blindados Jararaca, todos fabricados pela Engesa, 67 Sistemas Astros II, fabricados pela Avibras, número que pode ter chegado a até 260, e 13 radares de controle de fogo Astros AV-UCF (Unidade de controle de Fogo), também fabricados pela AVIBRAS. Pode-se observar o crescimento das vendas externas a partir de 1975-1977 e atingindo o valor historicamente mais alto das exportações no triênio 1984-1986. A partir de então, as vendas começaram a declinar, com queda acentuada na década de 1990 (MORAES, 2012, p. 27).

O Brasil foi um dos poucos países do terceiro mundo que participou ativamente na corrida armamentista. Como já visto, exportação de armamento, promoção comercial e diplomacia econômica estavam intimamente ligadas. No entanto, o Brasil não estabeleceria com o Iraque uma simples troca de armas por petróleo, visando apenas vantagens financeiras. Um forte fator estratégico, concretos e de longo prazo também estavam incluídos. Para contornar os obstáculos advindos da escassez de divisas estrangeiras enfrentadas pelo Brasil, o governo utilizou expressivas trocas comerciais com o Iraque, inclusive na venda de serviços, criando assim, uma modalidade de comércio compensado. Para tanto, era empregada a conta petrolífera da Petrobras como meio de financiamento das exportações brasileiras. Pelo menos em partes, a compra de petróleo era paga com as exportações de mercadorias e serviços brasileiros. Esta parceria fora considerada por setores expressivos da sociedade brasileira como uma das mais bem-sucedidas operações diplomáticas e comerciais já realizadas pelo Brasil (FARES, 2007, p. 132-133).

2.1.3 PETRÓLEO E MATERIAL BÉLICO NO IRAQUE

O petróleo foi grande influenciador da política externa brasileira nas décadas de 1970 e 1980. O suprimento do mesmo constituiu uma das maiores vulnerabilidades do país e sério empecilho para seu esforço de crescimento econômico. Com a eclosão de nova crise petrolífera em 1979, a questão do suprimento de petróleo havia se transformado em um dos problemas mundiais mais cruciais e que necessitava de atenção especial e tratamento prioritário do governo naquele ano, cerca de 90% do petróleo consumido no Brasil era importado (FARES, 2007, p. 135).

Durante muito tempo, o Brasil procurou diversos produtores de petróleo, mas foi o Iraque o seu principal fornecedor. Para se ter uma ideia, somente em 1981, o Iraque era responsável por cerca de 50% de todo óleo consumido no país, ultrapassando a Arábia Saudita no posto de maior fornecedor de petróleo ao Brasil. Se forem considerados os países do Golfo Pérsico, a dependência representava cerca de 90%, demonstrando a ineficiência da política de diversificação de fontes de petróleo. Para muitos, o Brasil estava “literalmente nas mãos de Saddam Hussein e jamais, por incrível que pareça, esteve tão dependente dos EUA como diante do Iraque” (FARES, 2007, p. 136).

O Iraque contribuiu para que o Brasil não tivesse muitos problemas de abastecimento no segundo choque do petróleo. Com todos os eventos da crise de 1979, o Iraque se mostrou

essencial para a manutenção no fornecimento de petróleo a preços mais baixos que os pagos pela maioria dos países consumidores. Mesmo durante o conflito com o Irã, o país árabe procurou garantir o fornecimento de petróleo ao Brasil em condições e preços favoráveis (FARES, 2007, p. 137).

Por outro lado, o Iraque tinha a necessidade de encontrar novos fornecedores de material bélico principalmente pelo Irã ser um dos principais aliados dos Estados Unidos. Após a primeira metade da década de 1970 a paz estabelecida em Argel foi rompida por conflitos na fronteira Irã-Iraque. A URSS não mais fornecia grandes quantidades de armas ao Iraque, fazendo com que o governo iraquiano passasse a buscar novos fornecedores. Assim, a produção de armamentos das indústrias bélicas brasileiras poderia ser oferecida ao Iraque. Naquele momento, o país árabe era considerado um comprador em potencial. A primeira compra concretizada pelo governo iraquiano foi um pacote de 400 blindados brasileiros pelo valor de 200 milhões de dólares. Esta primeira transição concretizada passou a influenciar a produção de materiais bélicos e fomentar o setor de criação de novas empresas com a mão de obra especializada para atender este mercado (PREISS, 2015, p. 5).

O péssimo tratamento do governo iraquiano aos xiitas residentes no Iraque fomentou a deterioração das relações entre os dois países, que já era visível em 1979. O novo regime de Teerã era visto aos olhos de Saddam Hussein como uma grande ameaça para a região e a sua posição de líder regional. A incerteza sobre o futuro do canal de Shatt Al-Arab ajuda a fomentar uma situação que de todas as formas apontava um conflito armado. Em 17 de setembro de 1980, Saddam Hussein cancelou os acordos assinados na década de 1970 e declarou soberania total iraquiana sobre o canal de Shatt Al-Arab. Cinco dias depois, as Forças Armadas Iraquianas bombardearam posições e bases no Irã (PREISS, 2015, p. 9-10).

O Brasil estava bastante endividado. Os juros da dívida externa eram pagos em bilhões de dólares e o Iraque constitui-se na melhor opção para o Brasil, como melhor parceiro na compra de armamento e melhor fornecedor de petróleo. O governo Iraquiano colaborava com a indústria bélica brasileira com a transferência de tecnologia de mísseis soviéticos Scud B para a AVIBRAS (PREISS, 2015, p. 11).

O Brasil por sua vez procurava observar potenciais negociações de armamento na região. A AVIBRAS vendeu para o Iraque 67 sistemas de foguetes Astros II, em 1981, sendo que estava prevista uma reposição de 260 lançadores deste modelo, no período de 1984-1986. A EMBRAER concretizou a venda de 80 aviões BEM-312. O Brasil também projetava seu míssil balístico, isto fez com que vários técnicos iraquianos viessem ao país para aprender a

desenhar e projetar armas, assim, estes técnicos iraquianos produziram a partir desta experiência o míssil Al-Hussein (PREISS, 2015, p. 11-12).

Notaram-se avanços na fabricação de mísseis iraquianos com o auxílio do *know-how* brasileiro. Após o governo brasileiro ter assinado com a China um acordo militar abrangente em que ofereceu à indústria bélica brasileira melhorias consideráveis nos sistemas de navegação e combustível sólido para os mísseis, a tecnologia brasileira, levada a Bagdá foi ampliada. Cientistas alemães, brasileiros e iraquianos, com ajuda chinesa, conseguiram finalizar o projeto do míssil iraquiano Al-Abbas. Este míssil tinha alcance de 860 quilômetros. A indústria missilística iraquiana já tinha desenvolvido outros exemplares como o Al-Hijara, que tinha como função especial destruir instalações nucleares iranianas e israelenses (PREISS, 2015, p. 12).

Desde o embargo ao petróleo iraquiano, o Iraque dava sua resposta ao eixo Washington-Londres, aliados do Irã. A gratidão iraquiana com o Brasil seria retribuída pela oferta do petróleo, visto que o governo iraquiano precisava comercializar grandes quantidades estocadas de óleo. A exploração deste insumo era extremamente vantajosa e comprovadamente a reserva iraquiana duraria 130 anos. O Brasil por meio da BRASPETRO começou a auxiliar o Iraque nesta prospecção (PREISS, 2015, p. 6).

A guerra Irã-Iraque gerou uma enorme demanda de armas de ambos os lados. O Instituto Internacional da Paz de Estocolmo avalia que, apenas em 1984, o Iraque gastou 14 bilhões de dólares, metade de seu produto interno bruto, em armas e defesa. O Iraque importou 42,8 bilhões de dólares em armas entre 1982 e 1989. Nestes anos, o Iraque foi o maior importador mundial de armas, responsável por 9% do comércio internacional de material bélico e 40% das importações militares iraquianas foram provenientes da União Soviética, 13% da China. O Ocidente contribuiu com 15%. Parte da força do Iraque vinha do petróleo: ao contrário das outras nações que ambicionavam o desenvolvimento, Bagdá tinha petróleo a sua disposição para comprar o que quisesse (MILLER e MYLROIE, 1990, p. 148).

A guerra entre o Irã e o Iraque parecia não ter fim, e mostrava sinais indeléveis nas economias de ambos. Este fato acabou prejudicando diretamente o Brasil pois o Iraque começou a atrasar o pagamento dos produtos da indústria bélica brasileira. Como resposta, o Brasil procurou vender novos produtos para “aliviar” o prejuízo. Quando o conflito chegava ao seu fim, a indústria bélica brasileira apresentaria prejuízos irrecuperáveis, resultando no fechamento e falência de várias empresas (PREISS, 2015, p. 12). Observando o decréscimo nas vendas de material bélico, o governo brasileiro investiu em novos produtos com o de

peças, contratos de manutenção e treinamentos. Pilotos iraquianos e iranianos chegaram a treinar em território brasileiro (PREISS, 2015, p. 13).

Não se pode negar que o alto nível que a indústria de defesa brasileira alcançou com os contratos estabelecidos com o Iraque deram às fábricas brasileiras a capacidade, por certo espaço de tempo, de conseguirem, dentro de suas capacidades, criarem armamentos especificamente desenhados para a utilização em cenários de condições climáticas e de terreno diversas daquelas vistas em território brasileiro. Além das aeronaves que contaram com a aceitação e o respeito internacional, um sistema de mísseis que chamou a atenção de compradores em zonas de guerra (PREISS, 2015, p. 16).

2.2 UMA VISÃO TEÓRICA

As diferenças entre as estruturas nacionais e internacionais refletem-se na forma como as unidades de cada sistema definem os seus fins e desenvolvem os meios para alcançá-los. Num ambiente anárquico, as unidades semelhantes cooperam. Em meios hierarquizados, unidades diferentes interagem. Num ambiente anárquico, as unidades são funcionalmente similares e tendem a manter-se assim. As unidades semelhantes trabalham para manter uma certa independência e podem até lutar pela autarcia. Num meio hierarquizado, as unidades são diferenciadas, e tendem a aumentar a extensão da sua especialização. Estas unidades tornam-se estreitamente interdependentes, mais estreitamente à medida que a sua especialização prossegue (WALTZ, 1979, p. 146). No caso do Brasil e do Iraque, considerando esses fatores, verificou-se que o Brasil especializou-se na indústria de artefatos bélicos como uma fonte de lucro aliada a segurança do Estado. Os bens de utilização militar passaram a ser considerados de “interesse nacional” e o monitoramento e interferência do governo brasileiro nas negociações eram sobremaneira maiores. Criou-se, para tanto, um sistema que estabelecia créditos e subsídios para a exportação de materiais bélicos, isentando de impostos a importação de insumos da maior parte dos setores de sua cadeia produtiva e envolvendo a ação coordenada de diversos órgãos do governo (FARES, 2007, p. 186). Já o Iraque, a despeito de sua fraqueza, procurou utilizar o “programa petróleo por comida” como uma arma política, com objetivo de aumentar seu pequeno poder de barganha, dando preferência a países e companhias que vinham cooperando, no sentido de solicitar o fim das sanções econômicas contra o Iraque (FARES, 2007, p. 238).

Durante a Guerra Fria, a conjuntura do sistema internacional e sua balança de poder sofreram modificações, e a distribuição de poder se figurou a partir da bipolaridade: URSS e os EUA foram os Estados menos enfraquecidos e assumiram a posição de potências hegemônicas no sistema internacional (FIGLINO, 2016, p. 1).

A regra do jogo da Guerra Fria era buscar apoio e influência, porque uma potência hegemônica enxergava a outra como ameaça pelo fato de ambas possuírem armas de grande capacidade de destruição. As provocações mútuas traziam estabilidade ao sistema internacional, pois o medo era iminente (FIGLINO, 2016, p. 4). Por conta da necessidade de sobrevivência no sistema, a tendência seria de que o Brasil e o Iraque buscassem suprir suas necessidades com as grandes potências, pois estas possuíam o que estes dois países necessitavam. Isto não ocorreu, pois o Iraque buscava romper com os laços de dependência com as potências ocidentais, o governo iraquiano procurava novas alternativas para auxiliá-lo em seu projeto, e o Brasil cumpria esse pré-requisito. Já o Brasil, seguia uma linha de atuação diplomática que dava prioridade a interesses nacionais definidos de forma autônoma pelo país tanto na área comercial como nas questões de segurança (SALEH, SPOHR, *et al.*, 2010, p. 9).

A desigualdade na distribuição de recursos estratégicos como o petróleo é instigada diretamente no jogo geopolítico. A dimensão política do mesmo é decisiva. Para Klare (2002) O petróleo contribui para determinar a hierarquia no cenário internacional: “Para os países importadores de petróleo, a garantia das entregas de petróleo é a base da segurança econômica. Já entre os países exportadores, a posse das reservas petrolífera é o elemento dominante no pensamento econômico” (FUSER, 2005, p. 36).

A questão do petróleo foi uma fundamental influenciadora da política externa brasileira nas décadas de 1970 e 1980. O suprimento de petróleo constituiu uma das maiores vulnerabilidades do país e sério empecilho para o seu reforço de crescimento econômico. Para o setor de transportes e mesmo na indústria não havia sucedâneos para o petróleo importado, principalmente durante o governo Geisel (FARES, 2007, p. 135). Dando continuidade às alterações em política externa introduzidas pelo governo Médici (1969-74) e por sua diplomacia do interesse nacional, Geisel e a diplomacia do “pragmatismo ecumênico e responsável” buscaram não apenas superar os obstáculos econômicos conjunturais impostos pela crise de 1973, como também transformar as bases do desenvolvimento nacional e o perfil da inserção internacional do Brasil (SALEH, SPOHR, *et al.*, 2010, p. 9).

Para Grieco, a questão de cooperação internacional está intimamente ligada à questão da consequência da anarquia no sistema internacional. A estrutura anárquica obriga os

Estados a pensar egoisticamente. Na ausência de um poder supremo internacional, qualquer Estado pode ameaçar a sobrevivência (SARFATI, 2005, p. 175).

Num sistema de Auto-ajuda cada uma das unidades gasta uma porção do seu esforço, não a perseguir o seu próprio bem, mas a arranjar os meios de se proteger dos outros. A especialização num sistema de divisão do trabalho funciona com vantagem para todos, apesar de não ser equitativa. A desigualdade na distribuição esperada do produto acrescido opera fortemente contra a extensão da divisão do trabalho a nível internacional. Quando confrontados com a possibilidade de cooperarem para ganho mútuo, os Estados que se sentem inseguros devem querer saber como o ganho será dividido. Em qualquer sistema de auto-ajuda as unidades preocupam-se com a sobrevivência, e a preocupação condiciona o seu comportamento (WALTZ, 1979, p. 147). No caso estudado, muito mais que o ganho relativo, o que incentivou o estabelecimento da relação descrita foi que os Estados estavam preocupados em suprir suas necessidades imediatas, visto que as vantagens do petróleo iraquiano e da cooperação do Brasil com o Iraque nesse setor eram grandes. A primeira vantagem é a própria qualidade desse recurso proveniente do Iraque; a segunda eram os preços praticados pelo Iraque com relação ao Brasil, mais reduzidos do que os para outros países; a terceira vantagem era a manutenção de condições especiais de venda em momentos de crise dos preços; e a quarta vantagem está relacionada à forma de pagamento do petróleo iraquiano, onde o Brasil pôde utilizar as receitas dos serviços e produtos comprados pelo Iraque para pagar o petróleo (SALEH, SPOHR, *et al.*, 2010, p. 14).

Em meio aos choques do petróleo, o governo brasileiro também procurou diminuir a dependência externa existente por meio das seguintes medidas: aumento da oferta de energia hidroelétrica (Itaipu e Tucuruí); implantar novas usinas termo-nucleares (Angra II e III); intensificar as pesquisas petrolíferas na Plataforma continental (Bacia de Campos); e incentivar o uso de álcool como combustível (Proálcool) (RIZZO, PIRES apud NETO, 2011, p. 23).

Os Estados que são muito dependentes, preocupam-se em assegurar aquilo de que dependem. Uma maior interdependência dos Estados significa que os Estados em questão estão sujeitos à vulnerabilidade esperada associada à maior interdependência. Estes Estados acabam tendo um comportamento com impulsos imperialistas para alargar o escopo do seu controle e as suas lutas pela autonomia para uma maior autossuficiência (WALTZ, 1979, p. 149). Contudo, o aumento da interdependência e da vulnerabilidade podem estar associados à questões como guerras ou necessidade de crescimento econômico, tal como visto no caso

estudado, onde verificou-se que no contexto dos anos de 1970, mais do que nunca, o Itamaraty conferiu maior ênfase às cooperações no âmbito Sul-Sul e, particularmente, às relações que o Brasil teria condições de maximizar suas “vantagens comparativas”, como no caso do Iraque, com funções complementares às do Norte. A busca por uma diminuição da vulnerabilidade da economia brasileira frente à questão energética, aliada à necessidade de se aumentar as exportações brasileiras permaneciam como objetivo prioritário da diplomacia brasileira. De outro modo, continuava a procura do governo brasileiro em harmonizar às compras de petróleo com o desenvolvimento de novas oportunidade de expansão do comércio exterior do país (FARES, 2007, p. 105).

O Iraque contribuiu para que o Brasil superasse sem problemas de abastecimento o segundo choque de petróleo, mas também viu aumentar sua fatia no mercado brasileiro do hidrocarboneto, agora com cerca de 50%. Com todos os eventos que circundaram a crise de 1979, O Iraque se mostrou essencial para a manutenção no fornecimento de petróleo a preços mais baixos que os pagos pela maioria dos países consumidores (FARES, 2007, p. 137).

Um Estado preocupa-se sempre com a divisão de ganhos possíveis que pode favorecer outros mais do que a si mesmo. Essa é a primeira forma pela qual a estrutura das relações internacionais limita a cooperação dos Estados. Um Estado também se preocupa para que não se torne dependente de outros através de esforços cooperativos e trocas de bens e serviços. Quanto mais um Estado se especializa, mais confia nos outros para lhe fornecerem os materiais e os bens que não está a produzir. Quanto maior a quantidade de importações e exportações de um Estado, mais ele depende dos outros. O bem-estar mundial seria maior se uma cada vez mais elaborada divisão do trabalho fosse desenvolvida, mas assim, iriam colocar-se em uma situação de cada vez mais estreita interdependência. Estados que são muito dependentes, preocupam-se em assegurar aquilo. Esta ideia simples explica um bocado do comportamento dos Estados: os seus impulsos imperialistas para alargar o escopo do seu controle e as suas lutar pela autonomia para uma maior autossuficiência (WALTZ, 1979, p. 148-149).

É difícil exagerar a importância econômica do petróleo. Tanto para os países quanto para muitas empresas e indivíduos, o petróleo é sinônimo de riqueza. Nenhum outro produto tem a importância tão decisiva para o funcionamento da economia mundial, uma simples variação no seu preço pode representar o início de uma fase de crescimento ou, ao contrário uma fase de profundas crises (FUSER, 2005, p. 36). Assim, embora houvesse vantagem momentânea para o Brasil pelo preço diferenciado do petróleo iraquiano, ao aprofundar a

relação comercial com o Iraque o Brasil estava sujeito a diversos fatores sistêmicos. A forte aproximação entre o governo brasileiro e iraquiano não foi vista com bons olhos por alguns países e acarretaram um custo político ao Brasil: gerou-se desconfiança dos EUA e as posições políticas brasileiras sofreram um contínuo afastamento em relação a Israel. Os EUA temiam que com o abandono do alinhamento automático do Brasil a Washington, os brasileiros poderiam passar a exportar energia nuclear para nações consideradas adversárias dos Estados Unidos tanto no Oriente Médio, quanto na África. A relação de Brasil-Iraque, principalmente na área de cooperação militar provocou repercussão mundial, deixando uma imagem negativa do Brasil e gerando desconfiança frente à comunidade internacional (SALEH, SPOHR, *et al.*, 2010, p. 21).

“Os derivados de petróleo abastecem mais do que automóveis e aviões. O petróleo abastece o poder militar, tesouros nacionais e a política internacional. Ele não é apenas uma *commodity* que pode ser comprada e vendida no contexto tradicional do equilíbrio entre oferta e demanda, mas um determinante do bem-estar, da segurança nacional e do poder internacional daqueles que possuem esse recurso vital e o inverso disso para os que não os possuem.” (EBBEL, 2002 apud FUSER, 2005).

As estruturas encorajam certos comportamentos e penalizam os que não respondem ao encorajamento. Nem ambiente formalmente organizado estimula-se a capacidade de cada unidade em especializar-se de forma a aumentar o seu valor em relação às outras num sistema de divisão de trabalho. Num ambiente desorganizado, o incentivo de cada unidade é pôr-se numa posição de ser capaz de tomar conta de si mesma, uma vez que não pode contar com mais ninguém para fazê-lo. O imperativo internacional é “toma conta de ti mesmo”! (WALTZ, 1979, p. 149-150).

Nos anos 50 e 60, o Iraque passava por dificuldades em negociar os *royalties* com as companhias de extração de petróleo. Neste cenário global “desorganizado”, o governo iraquiano buscava romper com os laços de dependência com as potências ocidentais e procurava novas alternativas para auxiliá-lo em seu projeto desenvolvimentista. Passando necessidade e sem nenhum poder de barganha, o governo iraquiano percebeu a necessidade de começar a formar gente da terra capaz de assumir os negócios relacionados à indústria do petróleo, era um momento de alta dos movimentos nacionalistas árabes que contribuiriam para a formação da OPEP em 1960, em Bagdá e de empresas nacionais de petróleo nos anos de 1970 (VIANNA, 2011). Desde então, o país passou por um momento de modernização de sua

infraestrutura e de desenvolvimento de sua indústria, e o dinheiro oriundo do petróleo era a fonte principal para financiar todos estes projetos (SALEH, SPOHR, *et al.*, 2010, p. 13).

O que cada Estado faz por si mesmo é muito parecido com o que os outros fazem. São-lhes negadas vantagens que uma completa divisão do trabalho, tanto política como econômica, iria fornecer. Os Estados competem, mas não para contribuir com os seus esforços individuais para a produção conjunta de bens para o seu benefício mútuo (WALTZ, 1979, p. 150).

Ao longo do dos séculos, os Estados mudaram de muitas formas, mas a qualidade da vida internacional manteve-se mais ou menos, na mesma. Os Estados, tal como os consumidores, só podem sair da armadilha dos problemas globais se mudarem a estrutura do seu campo de atividade. A mensagem merece ser repetida: o único remédio para um efeito estrutural forte é a mudança estrutural (WALTZ, 1979, p. 155).

Apesar de o Brasil possuir os meios para a produção de material bélico, a demanda interna desses produtos não era suficiente para garantir um nível de produção vantajoso, até que com a aproximação com o Iraque, o país árabe se apresentou como parceiro adequado para o desenvolvimento da indústria bélica brasileira devido a sua complementariedade em relação ao mercado brasileiro. Em pleno processo de desenvolvimento, o Iraque tinha uma alta demanda por esses materiais com base no princípio de diversificação de seus fornecedores (SALEH, SPOHR, *et al.*, 2010, p. 17).

Apesar dos Estados serem unidades funcionalmente semelhantes, eles diferem muito nas suas capacidades. Dessas diferenças qualquer coisa como uma divisão do trabalho se desenvolve. No entanto, a divisão do trabalho entre as nações é irrelevante em comparação com a altamente articulada divisão do trabalho dentro delas (WALTZ, 1979, p. 147).

A busca pela autonomia produtiva e tecnológica de produtos bélicos funda-se na garantia de abastecimento, continuidade do serviço e mobilização em caso de necessidade. Para Krause, a indústria de defesa é uma construção política que encontra fundamento na afirmação e defesa da soberania e também pela necessidade de equipamentos do tipo (MELO, 2015, p. 40).

No campo das relações internacionais, o poder de um Estado pode manifestar-se de diversas formas:

- i) Como um objetivo: a teoria realista clássica aponta a busca de poder como um objetivo intrínseco de cada Estado nas relações internacionais;
- ii) Como influência, que pode ser coercitiva, atrativa, cooperativa ou competitiva;

- iii) Como capacidade, quando são considerados os meios e recursos que permitem atingir certo objetivo;
- iv) Como *status*, ao remeter a classificação dos países em potências, em função de seus elementos de poder (MELO, 2015, p. 52).

O crescimento das sociedades industrializadas tem sido sustentado pela existência de recursos abundantes e baratos. O progresso foi atingido por meio do desenvolvimento da ciência e da tecnologia enquanto havia disponibilidade de recursos energéticos para fazer o trabalho. Atualmente, com a globalização da economia, de alguma forma o cenário está revertido, e a disponibilidade de recursos vai ditar o progresso e os nossos estilos de vida muito mais do que faziam no passado. Deve-se ter em mente que a energia é apenas um meio para um fim. As condições e os valores humanos podem ser afetados tanto pela disponibilidade de muita energia, em pouco tempo, quanto por sua escassez, tarde demais (HINRICHS, KLEINBACH e REIS, 2010, p. 31). Assim, o Iraque recebeu atenção privilegiada por parte da diplomacia, da Petrobras e dos demais órgãos do governo. Antes do choque de 1973, o governo brasileiro viu-se diante de um desafio, formado por: i) estagnação da produção interna de petróleo; ii) crescimento da demanda interna por petróleo; iii) aumento sistemático no preço do barril de petróleo. Este produto figurou como primordial das relações internacionais do Brasil e do programa de desenvolvimento do país de 1973 até meados de 1980 (FARES, 2007, p. 252).

Todavia, como visto na pesquisa, futuras crises energéticas certamente podem ocorrer. A forte dependência mundial do petróleo vai continuar a ser um fator limitante do crescimento econômico, principalmente nos países desenvolvidos, e as reservas de petróleo continuaram sendo vulneráveis a situação política no Oriente Médio (HINRICHS, KLEINBACH e REIS, 2010, p. 31). Neste sentido, pode-se afirmar que o Iraque representou para o Brasil uma oportunidade em pelo menos dois aspectos, primeiro, no fornecimento de petróleo a preços oficiais, mesmo em tempos de crise no cenário internacional, e de ter sido um mercado consumidor para a exportação de produtos e serviços brasileiros (FARES, 2007, p. 251).

O déficit no comércio para o lado brasileiro era vultoso e persistente, as exportações de serviços e de bens com alto valor agregado representaram o ramo mais proeminente do relacionamento bilateral em termos de vendas do país e também da potencialidade. Nesta relação, foi utilizada uma modalidade do comércio compensado, em combinação com a conta do petróleo da Petrobras como meio de financiamento das exportações brasileiras. Com isso,

parte expressiva da compra do petróleo iraquiano foi paga com exportações de serviços e mercadorias brasileiros. Neste contexto, foi na Guerra Irã-Iraque que o relacionamento brasileiro-iraquiano teve seus momentos mais intensos teve o maior volume de exportações brasileiras (FARES, 2007, p. 255). Neste contexto de exportações brasileiras de bens e serviços, o Estado brasileiro associou-se ao setor privado. Os bens de utilização militar passaram a ser considerados de “interesse nacional” e o monitoramento e interferência do governo brasileiro nas negociações eram maiores. Criou-se um sistema de créditos e subsídios para a exportação de materiais bélicos, isentando de impostos a importação de insumos da maior parte dos setores de sua cadeia produtiva e envolvendo a ação coordenada de diversos órgãos do governo. O apoio do Estado foi intenso, chegando a criar em conjunto com o setor privado, as principais indústrias bélicas, como a ENGESA e a AVIBRAS (FARES, 2007, p. 186).

Pode-se concluir que este relacionamento trouxe substanciais dividendos para o Brasil, contribuindo para o seu objetivo de complementação do desenvolvimento econômico pela política externa. Para se chegar a um balanço do relacionamento, deve-se levar em consideração, portanto, um contexto estratégico e econômico mais amplo (FARES, 2007, p. 255).

Por fim, as relações entre o Brasil e o Iraque figuram-se como um capítulo especial da história recente da política externa brasileira. Neste aspecto, o petróleo iraquiano determinou a história do relacionamento entre os dois países, mas não limitou apenas as compras e vendas do produto. Esta cooperação afirma a tese de que a estrutura e a posição que um país ocupa nela são fundamentais, ao lado do cenário doméstico de cada um desses países, que influenciam fortemente os movimentos das suas respectivas políticas externas. Se considerar o relacionamento Brasil-Iraque, encontra-se uma síntese, em que se reconhece que o contexto externo e os fatores domésticos constroem, ao mesmo tempo, a direção da política externa (FARES, 2007, p. 251).

CONCLUSÃO

Nesta monografia abordou-se o período de maior produção de artefatos militares da história da indústria bélica brasileira, nos anos de 1970 e 1980 e teve como ponto de partida a seguinte pergunta: Que efeitos as medidas que visavam reduzir o déficit energético brasileiro nos anos de 1970 e 1980 trouxeram para a política exterior brasileira?

Para responder a pergunta, a pesquisa foi dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo foi dedicado a abordagem teórica utilizada nesta pesquisa. Neste ponto, a teoria neorrealista mostrou-se de grande efetividade para explicar a interação das unidades no sistema internacional, e como cada uma das unidades volta seus esforços para sobreviver num ambiente anárquico.

Com respeito ao segundo capítulo, este foi utilizado para a contextualização do cenário internacional que passava por uma grande crise energética, mais precisamente na área petrolífera, e como o Brasil atuou no cenário internacional, voltando esforços para obter este recurso natural estratégico para abastecer sua indústria emergente. Visto a necessidade de diminuir seu déficit com o país árabe, o governo brasileiro viu na fomentação da indústria de artefatos militares como política além de econômica, mas como estratégica para contrabalancear os gastos.

A hipótese inicial era de que o Brasil adotou medidas políticas e econômicas nos anos de 1970 e 1980 voltadas a resolução do déficit energético nacional e como consequência ocorreu uma aproximação estratégica com a região do Oriente Médio por sua riqueza natural em recursos estratégicos que acabou surgindo grandes parcerias que resultaram no fomento e desenvolvimento de sua indústria bélica nacional. Esta hipótese mostrou-se consistente e foi comprovada durante a pesquisa com dados quantitativos e qualitativos.

A utilização da teoria neorrealista de Waltz foi de extrema importância para a compreensão do comportamento do governo brasileiro perante o sistema internacional, marcado por crises e conflitos armados ao redor do mundo. Os Estados em um sistema hierárquico estão relacionados de forma que é determinada pela sua diferenciação funcional e pela amplitude das suas capacidades. As unidades de um sistema anárquico são funcionalmente indiferenciadas. A estrutura de um sistema muda com as mudanças na distribuição de capacidades entre as várias unidades. E mudanças na estrutura alteram as expectativas sobre a maneira como cada unidade do sistema irá se comportar e sobre as resultantes que suas interações irão produzir (WALTZ, 1979, p. 137-138).

Constrangimentos na estrutura mudaram o comportamento da política brasileira, que procurou uma aproximação com o Iraque, por sua vulnerabilidade (segurança energética), como resultado destas interações, uma grande parceria estratégica-econômica no período dos anos de 1970 e 1980.

Entre as motivações da pesquisa, o desconhecimento ao redor deste período e o desejo de compartilhar estas informações pouco conhecidas. Estas foram algumas das razões pela escolha deste período e este tema. Por questões pessoais, fico agradado em saber de como o Brasil já teve o Oriente Médio, mais especificamente o Iraque, como grande parceiro estratégico, e vice-versa. Cooperação não apenas na área energética e militar, mas também em outras, como a de construção civil e automobilística.

Como possível agenda de futura investigação que pode ser realizada sobre esta temática, para futuras agendas de pesquisa, pode-se explorar a cooperação Brasil-Iraque na produção de mísseis, onde se desenvolveram importantes mísseis utilizados pelo Iraque de Saddam Hussein com o *Know-How* brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

ARMY-TECHNOLOGY. Astros II Artillery Saturation Rocket System, Brazil. Disponível em: < <https://www.army-technology.com/projects/astros/>>. Acessado em: 12/12/2017.

AVILA, C. F. D. O Brasil, a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM – e o comércio internacional de armas: um estudo de caso, 2009. 221-241.

CERVO, A. L.; BUENO, C. História da política exterior do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

DUTRA, L. Teoria das Relações Internacionais: Do Realismo a Teoria Verde. SÉCULO XXI, Porto Alegre, v. 6, 2015. ISSN 1.

ECONOMIA & ENERGIA. Análise Energética Brasileira - período 1970 a 2002, v. 40, 2003.

EXERCITO BRASILEIRO. Material Bélico. Disponível em: < <http://www.eb.mil.br/material-belico>>. Acessado em: 01/05/2017.

FARES, S. T. O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. Revista Brasileira de Política Internacional, 2007. 129-145.

FAY, C. M. A questão do petróleo e suas implicações na Guerra do Iraque. Indicadores Economicos FEE, Porto Alegre, v. 31, p. 59-74, 2003. ISSN 1.

FIGLINO, B. GUERRA FRIA: UM PERÍODO, TRÊS OLHARES, 2016.

FURTADO, A.; MULLER, N. Competitividade da Indústria Brasileira de petróleo. Revista Brasileira de Energia, v. 4, 1993.

FUSER, I. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003), São Paulo, 2005.

HINRICHS, R. A.; KLEINBACH, M.; REIS, L. B. D. Energia e Meio Ambiente. 4. ed. São Paulo: [s.n.], 2010.

KISSINGER, H. A Ordem mundial. [S.l.]: [s.n.], 2014.

MELO, R. D. Indústria de Defesa e Desenvolvimento Estratégico: Estudo comparado França-Brasil. FUNAG, Brasília, 2015.

MILLER, J.; MYLROIE, L. Sadam Hussein E A Crise Do Golfo. [S.l.]: Scritta Oficina Editorial LTDA, 1990.

MORAES, R. F. D. Ascensão e queda das exportações brasileiras de equipamentos militares, 2010.

MORAES, R. F. D. A Inserção Externa Da Indústria Brasileira De defesa: 1975-210. IPEA, Brasília, 2012.

NETO, L. T. D. A. A Ampliação Da Matriz Energética Brasileira Entre 1970 e 2009. Recife, Dezembro 2011.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. Teorias das Relações Internacionais: Correntes e Debates. [S.l.]: ELSEVIER EDITORA, 2005.

PEREIRA, E. M. O Ouro Negro: Petróleo e Suas Crises Políticas, Econômicas, Sociais E Ambientais Na 2ª Metade Do Século XX. Outros Tempos, v. 5, Dezembro 2008.

POLITIZE. Política externa: O Que É E Por Que É Importante. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/politica-externa-o-que-e-e-por-que-e-importante/>>. Acessado em: 10/04/2018.

PREISS, J. L. S. A Presença De Produtos Da Indústria Bélica Do Brasil E Da Argentina Na Guerra Irã-Iraque (1980-1988). RICRI, v. 2, p. 1-18, 2015.

SALEH, A. A. et al. Relações Brasil/Iraque: desenvolvimento nacional e projeto de potência (1973-1985). Fronteira, Belo Horizonte, v. 9, p. 7-25, 2010. ISSN 18.

SANTANA, C. R. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. Revista Brasileira de Política Internacional, 2006. 157-177.

SARFATI, G. Teorias de Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.

TRAUMANN, A. P. No Meio Do Fogo Cruzado: A Participação Do Brasil No Conflito Irã-Iraque. Revista Litteris, Curitiba, 2011.

VIANNA, B. O Iraquiano que Foi Para o Frio. Folha de São Paulo, n. 63, Dezembro 2011.

WALTZ, K. Theory of International Relations. New York: McGraw Hill, 1979.